



# Anais da Assembléia

Nº 91

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 23 DE AGOSTO DE 1983

ANO IX

## 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA

### ATA DA 85ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 23 DE AGOSTO DE 1983

TERÇA-FEIRA

Presidência do senhor deputado Trajano Bastos, secretariada pelos senhores deputados Anibal Khury e Tuguio Setogutte.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Anibelli, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida Cesar, Donato Gulín, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Bufara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quielse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte, Wilson Fortes (57). Achando-se ausente, em licença, o senhor deputado Fuad Nacli. (1).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

#### SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

#### EXPEDIENTE:

##### Requerimentos:

#### REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, REQUER regime de urgência para a mensagem governamental n.º 74/83, que trata da autorização governamental para ceder 2 imóveis à URBS.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1983.

(a) NILSO SGUAREZI.

#### REQUERIMENTO

Senhor presidente.

Requeiro à Mesa, ouvida a Casa, seja inserto nos Anais da sessão plenária de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do senhor VITOR LEAL CLAUDINO, presidente da Câmara Municipal de Mandirituba.

Requeiro, outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1983.

(a) DONATO GULIN.

#### REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a

inserção na ata dos trabalhos desta sessão, de um voto de pesar pelo falecimento do senhor VALDIR ROSSINI, membro efetivo do Diretório Municipal do PMDB de Jardim Alegre, militante no distrito de Lidianópolis. Requer ainda que, do presente requerimento, dê-se ciência aos seus familiares.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1983.

(a) ORLANDO PESSUTI.

#### REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário desta Casa, seja inserida na ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do senhor VITOR LEAL CLAUDINO, comerciante e vereador-presidente da Câmara Municipal de Mandirituba, ocorrido no dia 20 de agosto de 1983.

Por tratar-se de pessoa de grande estima, seu falecimento deixa grande pesar em sua esposa, senhora MARIA ISABEL CLAUDINO, em seus dois filhos e em toda a sociedade de Mandirituba e ainda no meio de suas amizades mais íntimas.

Requer ainda seja dado ciência deste requerimento à família enlutada.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1983.

(a) ANTÔNIO ANIBELLI.

#### REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inserção nos anais da Casa de um voto de regozijo pelo transcorrer do 24.º ano de existência ininterrupta do LAC- Lar da Acadêmica de Curitiba, que de forma exemplar tem contribuído para a formação de centenas de profissionais das mais diversas áreas. Requer ainda que, do presente, dê-se ciência à sua diretoria.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1983.

(a) ORLANDO PESSUTI.

#### REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, o envio de votos de regozijos aos senhores MARCOS ALBERTON e GERÔNIMO PEDRO DOS REIS, agricultores em Ivaiporã, pelas suas respectivas classificações, primeiro e sétimo lugar, no VI Concurso Agrocere de produtividade de milho.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1983.

(a) ORLANDO PESSUTI.

#### JUSTIFICATIVA:

O senhor Marcos Alberton produziu em suas terras 10.856 kg/ha. de milho, obtendo com isso o primeiro lugar no citado concurso. Enquanto isso, o senhor Gerônimo Pedro dos Reis obteve o sétimo lugar ao produzir 6.347 kg/ha. Tal acontecimento reveste-se da mais alta relevância para nossa agricultura, em especial para a região de Ivaiporã, ao considerarmos que tal concurso envolveu todo o Paraná e Santa Catarina.

Por outro lado, serve como incentivo ao crescimento de nossa produção baseada em sementes selecionadas, e aos próprios agricultores, hoje bastante desestimulados com a atual política agrícola do governo federal.

A entrega da premiação será realizada em Ivaiporã, dia

27/08/83, no Ginásio de Esportes Leovegildo Barbosa Ferraz, "Sapecação".

#### REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja destinada a sessão ordinária do próximo dia 06 de outubro para a entrega do Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao doutor WOLFRAM RUHENSTROTHBAUER.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1983.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

#### REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER o encaminhamento de moção pela rejeição do Decreto nº 2.045, aos senhores presidentes da Câmara Federal e do Senado Federal, bem como aos líderes dos partidos políticos, nos termos que apresenta.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1983.

(a) SABINO CAMPOS.

—(Moção lida da tribuna).

#### REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao senhor governador JOSÉ RICHÁ, ao senhor secretário de Estado do Planejamento, BELMIRO VALVERDE, e ao senhor secretário de Estado da Saúde, CORDONI JR., solicitando a inclusão no Orçamento Geral do Estado para 1984 de dotação no valor de Cr\$ 25.000,00 (vinte e cinco milhões de cruzeiros) em favor da Associação Hospital Nossa Senhora das Dores, que está sendo construído pela Comunidade de Tijucas do Sul, em conjunto com a Arquidiocese de Curitiba. E que do presente, dê-se ciência ao prefeito municipal de Tijucas do Sul e à Mitra Arquidiocesana.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1983.

(a) ORLANDO PESSUTI.

#### JUSTIFICATIVA:

O município de Tijucas do Sul é deficiente em atendimento hospitalar. Em função disso, normalmente a sua população recorria diretamente a Curitiba, ocasionando dificuldades diversas e gastos maiores. No entanto, é no intuito de superar tal deficiência que a Mitra Arquidiocesana de Curitiba, em conjunto com a comunidade local, iniciou a construção de um hospital denominado Associação Hospital Nossa Senhora das Dores.

Essa construção, porém, está enfrentando sérias dificuldades financeiras, ameaçando até de sua paralisação, em que pese estar quase concluído. Para a finalização de sua obra e parte do equipamento, não há verba disponível suficiente. Nesse sentido, justifica-se a solicitação de sua inclusão no Orçamento Geral do Estado, no valor de Cr\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de cruzeiros), o que será de valor inestimável para aquela comunidade.

Compreendemos uma das principais metas desse governo como sendo a área de saúde. Principalmente no atendimento às comunidades relegadas a planos secundários durante outros governos.

#### REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo senhor secretário de Estado das Finanças, no sentido de viabilizar estudos para liberação suplementar de recursos destinados ao

município de Iretama.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

#### JUSTIFICATIVA:

De iniciativa do prefeito municipal de Iretama, senhor Humberto Gomes Martins, a solicitação em pauta constitui-se da maior importância, tendo em vista a sobrevivência econômica do município. A situação financeira do município é desesperadora, herança da gestão anterior, o que deixa o atual prefeito de mãos atadas para solucionar os problemas que se fazem realmente necessários.

As folhas de pagamento do município de Iretama, atingem o montante de 10 milhões de cruzeiros mensais, e encontram-se em atraso os meses de maio, junho, julho e agosto. Não há possibilidade de empréstimos por antecipação da receita, pois a capacidade de endividamento está totalmente esgotada pela administração anterior, que deixou uma dívida de 34 milhões.

Por tudo o que foi exposto, contamos com a necessária ajuda do titular da pasta das Finanças, na solução deste problema que vem prejudicando grandemente o desenvolvimento do município de Iretama.

#### REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que a este subscreve, no uso de suas prerogativas regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, envio de expediente as Excelentíssimas senhoras Gilda Poli Rocha Loures, digníssima secretária da Educação e Lilian Anna Wachowicz, digníssima superintendente da Fundepar, solicitando:

1. Construção de mais duas salas de aulas e ampliação das dependências da administração do Colégio Estadual "Alberto Santos Dumont", do município de Cafelândia;
2. Verbas para aquisição de livros destinados a prover a biblioteca daquele estabelecimento.
3. Verbas para a manutenção da Escola C.N.E.C. "Cáudio Zatta".

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1983.

(a) MÁRIO PEREIRA.

#### JUSTIFICATIVA:

O Colégio Estadual "Alberto Santos Dumont", ensino de primeiro e segundo graus, necessita com urgência a ampliação do número de salas daquele estabelecimento, bem como das dependências da sua administração, por sentir que estão sendo insuficientes o número de salas existentes no Colégio, pois assim um melhor atendimento aos alunos que freqüentam o estabelecimento, poderá ser proporcionado.

A biblioteca, com o pequeno número de livros que possui, não tem condições de atender a contento os alunos.

A Escola C.N.E.C. "Cáudio Zatta", é particular e no momento funcionando no colégio "Cláudio Zatta", necessita de um auxílio para sua manutenção.

#### REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que a este subscreve, no uso de suas prerogativas regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, envio de ofício ao Excelentíssimo senhor Deni Lineu Schwartz, digníssimo secretário dos Transportes, solicitando sejam atendidas as reivindicações, em anexo, dos vereadores João Alves Damasceno, Nelson da Rocha e Aderson Claudenir Saraiva, do município de Nova Aurora; e não havendo verba para o atendimento imediato do solicitado, sejam incluídas na programação e orçamento de 1984.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1983.

(a) MÁRIO PEREIRA.

#### JUSTIFICATIVA:

As reivindicações dos vereadores João Alves Damasceno, Nelson da Rocha e Anderson Claudenir Saraiva, expressam as

mais urgentes necessidades apresentadas pelo município de Nova Aurora no que tange a pontes e estradas a serem atendidas por aquela Secretaria.

#### REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que a este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo senhor doutor Luiz Cordoní Júnior, DD. secretário de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social, solicitando as providências necessárias no sentido de que seja criado, com a máxima brevidade, um posto de saúde no distrito de Marechal Lott, no município de Capane-  
ma, dando-se ciência deste requerimento à Câmara de Vereadores do referido município.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1983.

(a) CAÍTO QUINTANA.

#### JUSTIFICATIVA:

Marechal Lott, é um dos distritos mais distantes da sede do município, o que dificulta, sobremaneira, a população carente, que tem necessidade de assistência médica, deslocar-se até a cidade para obter o atendimento.

Assim, esta reivindicação, que nos foi transmitida através da Câmara de Vereadores de Capane-  
ma, é da mais alta justiça e, se atendida, virá solucionar um sério problema de assistência aos necessitados daquele distrito e redondezas.

#### REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o encaminhamento de expediente ao presidente do Banco do Brasil solicitando a rápida inauguração e conseqüente funcionamento, da agência do referido banco no município de Rio Negro. Necessário lembrar que a instalação dessa agência foi autorizada em 1982, atendendo gestões que realizamos em nome das lideranças políticas do PDS e do prefeito anterior do município, senhor José Muller. Já com sede escolhida e em localização no centro comercial de Rio Negro, só resta ser colocada em funcionamento a aludida agência do maior estabelecimento de crédito do País, reivindicação justa e de grande proveito para a indústria, o comércio e a população de Rio Negro.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1983.

(a) AIRTON CORDEIRO.

#### REQUERIMENTO

Senhor presidente.

Considerando o tratamento desigual dado pelas autoridades econômicas da área federal, discriminando as localidades paranaenses na concessão de créditos para a reconstrução das áreas atingidas pelas enchentes, ao proporcionar um crédito privilegiado, com juros e correção monetária na base de 70 por cento das ORTNs para o Estado de Santa Catarina e na base de 85 por cento para o Estado do Paraná, os deputados que a este subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, seja enviado ao Excelentíssimo senhor presidente da República, doutor Aureliano Chaves, o seguinte telegrama:

A Assembleia Legislativa do Paraná vg por unanimidade vg manifesta estranheza e decepção determinando área econômica governo federal discriminando flagelados do Sul pt

Santa Catarina com financiamento setenta por cento variação ORTNs vg Paraná oitenta e cinco por cento mesmo financiamento pt

Mesma agência Banco Brasil zona limítrofe Parana Santa Catarina financiará flagelados mesma catástrofe com taxas diferentes prejudicando região flagelada paranaense que sofreu mais que irmãos catarinenses pt Solicitamos Vossencia provi-

dências energicas visando tratamento cidades paranaenses igual catarinenses pt

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1983.

(aa) Anibal Khury e Antônio Anibelli.

#### REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que a este subscreve, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja transcrito nos anais desta sessão, o Editorial anexo, intitulado "A Sociedade Reage", do jornal Indústria e Comércio, do dia 12 de agosto do corrente. Requer ainda, dê-se ciência do fato ao diretor do matutino, senhor Odone Fortes.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1983.

(a) TRAJANO BASTOS.

#### JUSTIFICATIVA:

O editorial do jornal Indústria e Comércio do último dia 12 de agosto é uma peça jornalística da mais alta indagação sócio-política. De forma coerente, o articulista examina a crise brasileira, afirmando com propriedade que "a sociedade civil não mais suporta assumir ônus que ela não delegou ao Estado".

Mais adiante, após avaliar o sentimento generalizado de reação da sociedade, contra medidas financeiras adotadas sem audiência da opinião pública, o editorial destaca:

"A Nação não é um botequim que pode fechar por pressão dos credores numa vara judicial. Ela é o conjunto dos valores cívicos e morais, da tradição histórica, da perspectiva do futuro gigante, que temos o direito de aspirar por nossas dimensões continentais e nossa vocação".

A seguir, o artigo de fundo do jornal "Indústria e Comércio", avalia as contrapressões da chamada sociedade civil contra as imposições dos negociadores do Fundo Monetário Internacional e banqueiros internacionais, inclusive a posição das classes empresariais divulgada a partir de São Paulo, para concluir:

"O documento ganha expressão em todo o País, porque configura uma convergência de todas as áreas".

O editorial assinala ainda, a difícil situação das classes trabalhadoras, asseverando que "não se pode negar o sentido de protesto de um setor que tende a sofrer mais no processo", principalmente em relação aos benefícios que vêm sendo resguardados em favor do capital especulativo.

Por fim, o ponto de vista jornalístico registra a posição da imprensa norte-americana, expressa pelo jornal "New York Times", ao mostrar que as nações industrializadas e os credores do Brasil têm que encará-lo como "uma potência que logisticamente estabelece o equilíbrio nas emulações geopolíticas".

A profundidade do artigo em causa, como se vê, justifica plenamente o registro pretendido.

#### Projetos de Lei:

##### PROJETO DE LEI Nº 122/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "Associação Erasmo Braga", com foro e sede na cidade de Reserva.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1983.

(a) AUGUSTO CARNEIRO.

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação Erasmo Braga de Reserva é uma entidade civil de caráter filantrópico, que vem funcionando desde 1980, exercendo atividades de cunho social e filantrópico, conforme se comprova com o relatório anexo, está devidamente registrada sob nº 191, do Livro "B" às fls. 432 do Cartório de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos de Reserva, fazendo jus, portanto, à sua declaração como sendo de utilidade pública.

Nestas condições, contamos com o indispensável apoio-

mento desta Casa, ao plano de lei que ora apresentamos.

# PROJETO DE LEI Nº 123/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Serventuários de Justiça do Estado do Paraná — Assejepar, com sede e foro no município de Curitiba.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 1983.

(a) GILBERTO CARVALHO.

## JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, vem prestando inestimáveis e relevantes serviços há mais de 30 anos, promovendo a união entre os serventuários de justiça de nosso Estado, colaborando com associações de classe não só do Paraná, como também de todo o território nacional, em defesa de seus direitos, prerrogativas e interesses.

Conforme a documentação que anexamos ao presente, estão cumpridas as exigências legais previstas pela legislação pertinente à matéria.

Nestas condições, esperamos contar com o apoio e aprovação dos nobres pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao senhor deputado Sabino Campos, inscrito.

O SR. SABINO CAMPOS — Senhor presidente, senhores deputados.

Nós queríamos aqui, desta tribuna, justificar o nosso envio de moção ao presidente da Câmara Federal e ao Senado Federal, assim como às lideranças dos partidos políticos na Câmara Federal e Senado Federal. (Lê):

“Moção ao Congresso Nacional pela rejeição do Decreto nº 2.045.

— Considerando que após o golpe militar de 1964 foi imposto ao trabalhador brasileiro violento arrocho salarial, ocasionando uma enorme perda do seu poder aquisitivo, levando milhões de brasileiros à miséria e ao desespero;

— considerando que em apenas 4 anos de governo Figueiredo efetivou-se com o Decreto 2.045, a sexta alteração na política salarial, reduzindo os reajustes de 110 por cento do INPC a 80 por cento do INPC, para os trabalhadores que percebem até 3 salários mínimos, e de 100 por cento do INPC a 80 por cento do INPC, para os que percebem de 3 a 10 salários mínimos, excluindo os reajustes referentes aos índices de produtividade;

— considerando que o Decreto 2.045 levará o trabalhador que percebe até 7 salários mínimos a perder, em relação ao último projeto em vigor, cerca de 25,7 por cento de seu poder aquisitivo, até 31 de julho de 1985, quando encerrará sua vigência, enquanto um executivo, com alta remuneração, acima da faixa de 30 salários mínimos, ganhará no mesmo período um aumento da ordem de 21,82 por cento. Noventa por cento dos trabalhadores perderão um quarto do seu poder aquisitivo, enquanto um e meio por cento aumentará sua capacidade de compra em um quinto. Além de arrochar ainda mais os salários dos trabalhadores esta nova política aprofundará também a já injusta distribuição de rendas entre os brasileiros;

— considerando que o Decreto fixa, com referência para cálculo do índice de produtividade, a variação do produto real “per capita”, ocorrido no ano anterior, fixada por ato do Poder Executivo, e isto significa que não haverá produtividade alguma, pois o índice de produtividade será zero, tendo em vista que se espera para os próximos anos um crescimento negativo de eco-

nomia nacional. Não restará nenhuma margem de negociação para os trabalhadores;

— considerando que através do 3.º parágrafo do Decreto é concedido às empresas que apresentarem dificuldades econômicas, a possibilidade de reajustarem os salários com índices inferiores a 80 por cento do INPC, abrindo caminho para as empresas burlarem os próprios índices estipulados pelo governo, iniciando um processo que poderá desembocar em novos decretos que eliminem de vez com os índices de reajuste obrigatório, implantando a livre negociação, que neste momento seria altamente prejudicial aos trabalhadores;

— considerando que este Decreto foi elaborado sob o pretexto de rebaixar os índices de inflação e desemprego, mas sabemos que só contribuirá para o agravamento destes problemas, pois, por um lado, provocará violenta queda no poder aquisitivo da maioria esmagadora dos trabalhadores, levando a uma queda no poder de compra e redução no volume de comércio, diminuição da produção de bens, aumento da capacidade ociosa das empresas, aceleração de pedidos de concordatas e falências, elevação dos índices de desemprego a níveis insuportáveis; por outro, ele não resolve as causas reais da inflação que tem suas origens no modelo econômico dependente do Capital Financeiro Internacional, na dívida interna e externa, nas constantes desvalorizações do cruzeiro, na especulação desenfreada em que se encontra o mercado financeiro nacional. Este Decreto só aprofunda a política oficial e seus métodos em vigor há 19 anos, e que levou o Brasil a mergulhar na pior crise econômica de sua história, levando os índices de inflação e desemprego a níveis sem precedentes;

— considerando que os trabalhadores não são os responsáveis pela crise econômica do País, gerada apenas pela incompetência e pela falta de patriotismo de um regime que se entregou às multinacionais, aos grandes grupos econômicos, e recentemente, perdendo quaisquer resquício de soberania e independência, submeteu-se aos ditames do Fundo Monetário Internacional;

— considerando que o Poder Legislativo deve ser soberano, não se submetendo a ingerências e pressões do Poder Executivo, de ministros, das Forças Armadas ou do FMI.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, em nome do povo paranaense, decide enviar moção ao Congresso Nacional, para que, não aceitando quaisquer ameaças golpistas, anti-democráticas, anti-populares, assumindo uma postura democrática e patriótica, rejeite o Decreto 2.045, para o bem de nossa Pátria, para o bem dos brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, senhor Ervin Bonkoski.

O SR. ERVIN BONKOSKI — Senhor presidente, senhores deputados. (Lê):

“Está se realizando hoje na localidade de Passa Dois, no município da Lapa, o Mutirão do amor e da amizade.

É um esforço comunitário no sentido de melhorar as condições de vida no meio ambiente, uma evidente preocupação com o bem-estar da população.

O mutirão consiste em promover a limpeza do Rio dos Viadeiros para a erradicação do mosquito conhecido como “borrachudo”, transmissor de doenças. Da mesma forma, o trabalho visa promover a povoação do rio com lambaris e outras espécies de peixe.

A ação é supervisionada pela Superintendência de Recursos Hídricos e do Meio Ambiente-Surehma, e conta com a participação das comunidades de Pedra Alta, Marafigo, Colônia Johannesburg, Boqueirão e Passa Dois. As autoridades municipais também participam.

Desejo, portanto, destacar nesta Casa a iniciativa de toda

à comunidade envolvida no mutirão por se tratar de uma grande contribuição para o estabelecimento do equilíbrio do meio ambiente e do saneamento desse importante bem natural, o rio que abastece as populações; que representa a vida, mas que se não fosse tomada a providência poderia representar a doença.

São essas iniciativas aparentemente simples que se transformam no estímulo maior para que todos busquem juntas o bem-estar.

É, também, uma prova do quanto pode a união das pessoas no desenvolvimento de tarefas comunitárias.

Mas, senhores deputados acima de tudo a ação da laboriosa população lapeana nos traz um grande exemplo:

É disso que estamos precisando, de união, de trabalho dedicado em busca do bem comum.

A gente simples desse interior está nos indicando o caminho, mostrando ao Paraná e aos paranaenses como se resolvem os problemas.

É por isso que desejo não apenas destacar o Mutirão do Amor e da Amizade, mas render homenagem a todos os que estão dele participando”.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao orador inscrito, senhor deputado Tuguio Setogutte.

O SR. TUGUIO SETOGUTTE — Senhor presidente, senhores deputados. (Lê):

“Servimo-nos desta tribuna, hoje, para denunciar a violência, o desrespeito e a truculência empregados pelos soldados da Polícia Militar do Estado, quando das batidas policiais no município de Umuarama. Ao invés de manterem a ordem e a tranquilidade pública, os policiais amedrontam a população, ostentando desdenhosamente armas de grosso calibre, dirigindo-as contra pacatos cidadãos e seus familiares, criando um clima de insegurança — exatamente o contrário daquilo a que se propõe a polícia.

Ao invés de protegerem a população, soldados truculentos, comandados por oficiais omissos, assestam suas armas contra os populares, deixando os bandidos e marginais à solta, praticando crimes e barbaridades contra os civis. Esta atitude violenta passou de seus limites esta semana, em Umuarama, conforme denunciou o vereador Alaerte de Freitas, na Câmara Municipal.

Os policiais cometeram agressões físicas contundentes contra seis pessoas inocentes, sem quaisquer motivos: foram atacados o menor Sidney Carlos Gerevine, Nelson Gomes da Silva, Edson Casa Grande, Marcos Santos e esposa, e o empresário Luiz Romero. Todos cidadãos conhecidos da população de Umuarama e sem máculas na sua reputação. Sofreram escoriações graves e inclusive fraturas, além de prejuízos materiais em seus veículos, causados pelos soldados, até agora impunes.

Não é sem razão que muita gente diz que é preciso tomar maiores cuidados com a polícia do que com os marginais, pois aqueles agem sob o manto da impunidade e não são castigados pelas suas truculências e atos de desmando. Cabe aqui ressaltar que o capitão João Maria de Jesus, Comandante da 2.<sup>a</sup> Companhia do 7.<sup>o</sup> Batalhão, tem muita responsabilidade neste incidente, para não dizer que é maior culpado. É lamentável que a democracia ainda não tenha estendido seus braços à nossa polícia, que continua agindo discricionariamente.

Pedimos providências ao senhor Secretário da Segurança Pública e ao Comandante Geral da Polícia Militar do Estado, providências estas, embasadas no requerimento que o Vereador Laertes de Freitas, ainda como há pouco eu dizia, fez na noite de ontem naquela Câmara Municipal de nossa cidade. É em apoio a essa justa reivindicação, é em apoio à solicitação desse Vereador que nós aqui desta Assembléia estamos denunciando mais um desmando da Polícia Militar do Estado contra pessoas

indefesas, contra família tradicionais da nossa cidade de Umuarama, que se fizeram presentes na sessão da Câmara Municipal de ontem à noite, em Umuarama, muitos deles ainda com dificuldades para se locomoverem, inclusive o menor, como há pouco eu dizia, com o seu braço engessado devido a fratura que teve com a atitude daqueles policiais.

Esperamos, justamente, com este requerimento elaborado pelo Vereador Laertes de Freitas, sensibilizar o nosso Secretário da Segurança Pública para que ele tome as providências cabíveis e realmente que aqueles culpados sejam, eles, condenados.”

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Concedo a palavra ao orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Odeni Mongruel.

O SR. ODENI MONGRUEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A realização do atual Governo que ganha notoriedade e destaque, segundo manifestações eufóricas de entusiasmo e empolgação de atos dos integrantes do PMDB, é, sem dúvida, o Plano de Governo para o Estado do Paraná, proposto pelo Governador José Richa.

Vale lembrar desde logo que, o Plano de Governo, enquanto documento que dinamiza o planejamento, encontra justificativa na medida em que, factível, contribui eficazmente para a realização daquilo a que se propõe. O Plano de Governo portanto, não é um fim em si mesmo, mas sim, um meio que reúne um conjunto de decisões que se apresenta, no momento, como uma proposta ou intenção de intervir no futuro. Assim sendo, é um ato político porquanto ato de decisão. No Estado do Paraná esse documento foi reclamado e ansiosamente aguardado, pois, a racionalidade e a eficiência sempre foram aspectos nacionalmente reconhecidos nos Governos anteriores. Isto, em virtude pelo que possa antecipar a respeito do que objetiva o novo Governo, agora por escrito e provavelmente, como postura inicial de execução de ações, à sociedade paranaense.

O Plano de Governo está sendo levado a todo o Estado, em reuniões regionais, quando o apresentador, motivado, entusiasma-se e a platéia, passivamente, em geral, tem a sensação que se encontrou, através desse documento, e com rapidez, uma fórmula para a superação das dificuldades econômicas e sociais que afligem o Paraná.

Empolgam-se os novos integrantes da administração estadual. Renascem as expectativas do povo no cumprimento das promessas de campanha. Acabaram-se os desacertos no desempenho da administração pública.

O Plano de Governo existe. Ponto de partida. O novo Governo está pronto e por certo começará a mostrar serviço. Fim no imobilismo. Lamentamos apenas a distância entre o Palácio Iguaçu e este Poder Legislativo que nos impõe o roteiro a ser corrido pelo Plano de Governo, e que nos faz esperar ainda mais para conhecê-lo em seu conteúdo.

Independentemente desse conteúdo e de seus acertos, cabe desde logo, registrar de que deles até o presente instante, o que temos conhecimento, deve-se às manifestações de eminentes Deputados da Situação, na tribuna deste Parlamento e pelas matérias propagandistas veiculadas pela imprensa.

Nos países desenvolvidos, o planejamento governamental e por extensão o Plano de Governo, não é apenas atribuição do Governo, mas inclui também a efetiva participação da sociedade civil em sua elaboração.

É portanto, recomendável que se adotem medidas de efetiva participação dos diferentes segmentos sociais, dos órgãos públicos e da própria ajuda, que este Poder Legislativo possa oferecer na definição das prioridades econômicas e em especial, nas de ordem social, contribuindo com isso para satisfação das esperanças do homem paranaense. A nossa dúvida inicial que

se alimenta em pronunciamento nesta Casa do Deputado Roberto Requião, prende-se ao fato de que o referido Plano de Governo privilegia o lado econômico e esquece as variantes sociais, não dispensando a estas, as atenções amplamente incluídas na retórica de campanha, não interferindo suficientemente na proposta de construção do modelo de desenvolvimento para o novo Paraná. Se não há dúvidas de que o atendimento às necessidades sociais não resulta automaticamente o desenvolvimento econômico, é portanto indispensável que a fixação dos objetivos contemple de forma clara e definida, os aspectos sociais reclamados.

O que não se pode aceitar é que a forma de apresentação do Plano de Governo, como integrante do elenco de medidas do "Painel de Encantos", sirva para ocultar no "faz de conta", a máxima participação de grupos e segmentos sociais de interesse com o mínimo de influência por parte deles.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Não havendo mais oradores inscritos para o Pequeno Expediente, no Grande Expediente concedo a palavra ao senhor Deputado Osvaldo Alencar Frutado.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO — Senhor Presidente, senhores Deputados. (Lê):

"Quando partimos no verdor dos anos pela estrada florescente, as esperanças vão conosco à frente e vão ficando atrás os desenganos", muitos são os sonhos de um melhor porvir. Muita é a coragem de lutar por melhores dias. Na juventude, conhecemos apenas a força do ideal, a grandeza do amor, a pureza da esperança, pouco a pouco, vamos convivendo com o lado ruim da vida e tornamos conhecimento com a maldade, fantasiada de interesses escusos, de ambições desenfreadas, de ódios incontidos.

Sentimos, então, a necessidade imperiosa de resistir, de combater a perversidade, não nos submetendo às tentações da corrupção, não abdicando do nosso ideal de amor e de justiça.

Foi o que fizemos ao longo dos nossos 42 anos de existência. Somos hoje, a soma dessa trajetória, palmilhada passo a passo, no conhecimento da vida no seu todo: o lado de Deus e o lado do diabo.

Nos idos de 64, conhecemos o lado do diabo: o lado do arbítrio, das injustiças, da repressão, do autoritarismo. Conhecemos a noite negra e tempestuosa da ditadura. Passamos pela Revolução de 64, pelos Atos Institucionais, a repressão e o desrespeito aberto aos Direitos Humanos, a hipocrisia do Milagre Brasileiro, o fechamento do Congresso e a desmoralização da Constituição e da Lei; passamos pelos porões da tortura e a saudade do exílio de milhares de irmãos, companheiros nos sonhos, companheiros na luta, companheiros na resistência. Sofremos assassinatos e mutilações. Sofremos a dor profunda, registrada na alma, de sermos humilhados perante a esposa querida e os filhos amados.

Todavia, sonhávamos com o sol da liberdade e com o dia em que a fraternidade e o respeito à dignidade humana seriam as normas do nosso relacionamento social, por isso lutávamos, por isso resistíamos.

Nessa sofrida trajetória, o antigo MDB, hoje PMDB, foi a Bandeira da Resistência. Foi o porto da esperança. A estrela guia a conduzir um povo e a clarear a escuridão. Foi o peito amigo que agasalhou os desesperados, os famintos, os injustiçados. O porta-voz da resistência democrática, o desaguadouro de um povo desiludido, já quase sem fé, quase sem esperança, frente às desilusões de um golpe mentiroso, fascista e cruel. O MDB, em meio ao vendaval e as procelas, ao rugir profundo das tormentas, era um quase sussurro das bocas amordaçadas, das almas intimidadas, de uma Nação paralisada por não saber seu rumo, nem seu destino. Esse MDB, hoje PMDB, era o porto da

esperança da transformação social do Brasil. Nas urnas de 15 de novembro passado, o povo, o augusto rei, nos concedeu o reconhecimento, o aval a esse passado de luta, elegendo o candidato do PMDB, Senador José Richa, Governador do Estado; Álvaro Dias, Senador da República; vinte Deputados Federais e trinta e quatro Deputados Estaduais dos 58 que compõem este Parlamento. E assim o fez, por acreditar numa mudança para melhor, numa melhoria da sua situação, dia a dia dificultada por uma política de arrocho salarial e de perseguição fiscal, posta em prática pelo Governo Federal, principalmente, em cima do povo.

Ó Tempora! Ó mores! Ó tempos! Ó costumes! O primeiro deslize do Governador por quem lutamos e tudo fizemos para colocá-lo no Governo do Estado, Dr. José Richa, diante de nós, Deputados Estaduais do PMDB e da opinião pública, foi uma equipe de Governo composta, na sua maioria, por homens sem vivência, ou melhor convivência política ou partidária.

Nós, Deputados e o Povo que o elegemos, deparamo-nos com nomes desconhecidos, com currículos desconhecidos, com pessoas de quem nunca havíamos ouvido, em termos estaduais, qualquer menção, boa ou má.

E, dia a dia, ao sermos alijados do processo de participação a nível de qualquer escalão, do primeiro ao último, do Governo Estadual, já começávamos a sentir que este não seria, como não está sendo, o Governo participativo desejado pela grande maioria do povo paranaense e deste Deputado, assim como, tenho certeza, da maioria dos Deputados do PMDB a nível Estadual e Federal.

Hoje, vivemos, um Governo de decisões embaralhadas e não sabemos se o império do baralho é mais forte do que o império da ganhorotocracia.

O Sr. José Richa instalou no Paraná um Governo dos amigos do peito, dos companheiros das horas de lazer ou das boas horas, o PDS pontifica na permanência dos cargos de direção e de chefia. Os correligionários, aqueles companheiros de fé, foram esquecidos, o Governador José Richa mudou, tacitamente de Partido, como quem muda de camisa, deixou os companheiros de luta e de sacrifício no cesto das roupas usadas, virou-lhes as costas, Deus que o ilumine Governador, para não querer instalar no Paraná a era dos puxa-sacos e bajuladores do Richa, dando início à era do richismo, após a época malfadada e condenado pelo povo, do neismo.

Senhor Governador, em depoimento colhido entre companheiros do Partido, velhos companheiros, velhos amigos seus, muitos dos quais você chegava familiarmente às suas casas e comia do mesmo jabá, por vezes servido diretamente da panela, Senhor Governador, todos estão desolados com o seu Governo. Eu não desejo o seu fracasso. Eu desejo o seu sucesso. Nenhum dos seus amigos, dos seus velhos companheiros, de luta e de PMDB desejam o seu fracasso. Queremos vê-lo vitorioso, fazendo um grande Governo, ainda resta um bom tempo.

Como amigo, falo em nome de muitos amigos seus, nós não votamos em Erasmo Garanhão para governador o Estado, votamos em José Richa para promover a mudança administrativa para melhor, no Estado do Paraná, o Paraná, saudoso dos pinheirais, o que constatei, no depoimento dos nossos amigos do interior, é a insatisfação contra a insensibilidade administrativa, contra o arrocho fiscal, contra a ganância fiscal, tantas vezes por nós condenada, nós PMDB, eu e você, ou você e nós.

Em detrimento de uma sociedade que precisa de apoio, de amizade, de incentivo, e não precisa mesmo, de perseguição fiscal. Os pequenos agricultores, os pequenos criadores, os pequenos produtores e trabalhadores precisam é de um política de estímulo e de incentivo, para que eles continuem a construir e sustentar a vida econômica do País e a garantia de trabalho para milhares de paranaenses. Cresce, no Paraná, a insensibilidade administrativa implantada por Erasmo Garanhão,



cresce o garanhão negro na força despótica e se incorpora em megalomania, em egocentrismo. Sente-se um Deus, de maldade, de perversidade. Belzebu ou Lúcifer, derrotou 34 Deputados, mais de um milhão de votos, sem ter obtido nenhum. Como os déspotas, sente-se forte, monstro gerado na Escola do Delfim, sente-se o dono da verdade, o imbatível, o insubstituível.

Igual a Calígula na maldade e na insensibilidade, sonha-se Deus, déspota ou diabo, ninguém o supera em gênero ou gênio. Criar um fosso entre a classe política e o Governador José Richa, é nada frente ao seu gênio. "O amanhã dirá que eu tenho razão", diz ele do alto do seu auto-endeusamento. Depois da volta do Sr. Erasmo Garanhão ao Paraná, e após menos de cinco meses de Secretários, o Sr. Garanhão passou um atestado de burrice à maioria dos eleitores paranaenses que elegeram, desculpem-me os companheiros, mas elegeram-se como o garanhão 34 imbecis para representá-los: os Deputados Estaduais, pois a essa altura dos acontecimentos, povo e Deputados não sabem nada. Quem sabe tudo é o Garanhão. Pergunta a ele que ele saberá mais do que Nilton Friedrich na área da Secretaria do Interior. Tanto sabe que fala por ele, ou por cima dele.

Na área política, pergunta "pro" Garanhão, ele sabe mais do que o Richa ou o bom Oto Bracarense, pois fala por eles com ou sem delegação. Eu sempre disse: as ditaduras geram monstros. A de 64, gerou Delfim e este pariu vários filhotes; dentre eles, o Garanhão. A parturiente Delfim, após elevar o Brasil à condição de pedinte internacional, transmitiu ou transferiu o vírus da leucemia econômica "chamada Garanhão" para o Paraná. Tal pai ou mãe: tal filho.

Não acredito no monstro Delfim e renego os seus filhotes.

A voz do povo é a voz de Deus e é esta voz que eu ouço.

Hoje, com tristeza e revolta, vemos homens eleitos pelo povo, através de um Partido de Oposição, seguir os passos cadenciados das botas militares e descumprir a palavra empenhada distorcendo as promessas feitas com base no Programa Partidário e na convicção pessoal, que nós reputávamos sinceras.

Hoje, a tecnocracia do Governo paranaense, em algumas áreas do secretariado, está completamente dissociada da doutrina, do Programa e, principalmente, do povo esperançoso do Paraná, que no PMDB confiou.

O Sr. Erasmo Garanhão, o Garanhão negro das noites curitibanas, Secretário das Finanças, ainda tem a petulância de definir em programa de televisão o que seja Governo Participativo, defendido por nós, quando em campanha. O Primeiro Ministro, o representante maior da incompetência e imaturidade política, do atual Governo, tem a insensatez, ele que não obteve um voto ou fez qualquer discurso, plenipotenciariamente, fala pela classe política e o Governador José Richa e diz, textualmente que o povo está tendo um governo participativo, pagando imposto, coisa que segundo ele, o povo do Paraná, segundo Garanhão, o cinismo é demais para o meu gosto. A participação é exagerada demais para o bolso de milhares de paranaenses, Sr. Garanhão, com essa afirmação, ele desmente o Governador e os Deputados que em campanha, sempre condenaram o arrocho fiscal. E o Governador José Richa, insensível à unanimidade da Bancada, escravizado ao Primeiro Ministro ou Vice-Rei Garanhão, não levou em consideração a posição dos 34 Deputados Estaduais que se solidarizaram, incondicionalmente, com o companheiro Léo de Almeida Neves. Coerente com a minha posição; coerente com o meu passado de luta, de resistência, de despreendimento, afirmo ao meu povo e ao meu Paraná, que, hoje como ontem, sem buscar favores mas lutando por grandezas administrativas e justiça social, firmo minha posição, como Deputado do PMDB e defensor do povo, sem qualquer compromisso com um Governo que, mesmo sendo do PMDB, virou as costas para os seus companheiros, para o programa do Partido e para as promessas de campanha. Assim, afirmo, com todas as letras, enquanto não reencontrarmos o caminho da nossa pregação, continuarei sendo Deputado do

PMDB e do meu povo, até eu respeito a independência dos Poderes; hoje, como ontem, a Assembléia Legislativa é um Poder desprestigiado; durante anos, o Poder Legislativo tem mantido uma posição de subserviência, de submissão. A nossa fragilidade emergiu como rolha n'água, ao sermos derrotados pelo infantil, mesquinho, incompetente, mas jogador, Erasmo Garanhão, no episódio da nossa solidariedade ao companheiro Léo de Almeida Neves, companheiro testado nas urnas e testado pela ditadura. Comprovados no trabalho mais do que qualquer homem deste Governo e, sob todos os títulos, quinhentas mil vezes melhor", sob todos os aspectos do que o Sr. hipista, turfista ou revanchista Erasmo Garanhão, conhecedor de arrocho, de massacre e desumanidade fiscal.

Na minha trajetória de luta e de comprometimento com o povo, só assumi os compromissos de não ser "vaca de presépio", puxa saco ou bajulador, de tentar virar a face da política a favor do povo, a favor do pobre, de fazer do voto dos meus eleitores, um protesto permanente contra o erro. Não abdicó desses postulados. Não abdicó dessa luta. Aos bens econômicos, menosprezo. Aos bens humanos, supervalorizo; e, por cobertura, ainda tenho a coragem e disposição de romper com o Governador do PMDB e continuar solidário com o meu povo e o meu Partido, na certeza de que ninguém votou em Garanhão, e de que ninguém o conhece. "Vade retro satanás".

Mantenho firme nas mesmas posições pois não sou homem de trair os meus eleitores. Enceto a luta a favor dos pobres, dos humildes, injustiçados e principalmente, dos idealistas que resistiram à ditadura para que não tivéssemos a autoridade existencial de chegarmos à velhice, dizendo o contrário dos tempos de rapaz: "os desenganos vão conosco à frente e as esperanças vão ficando atrás".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Consulto à Liderança do PMDB se fará uso do horário restante.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Artagão Mattos Leão.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"Venho à tribuna no dia de hoje para falar sobre a proposta alternativa que o PMDB está apresentando à sociedade civil, através do seu Diretório Nacional.

Trata-se de um programa mínimo de quatro pontos:

#### 1 — MORATÓRIA DA DÍVIDA EXTERNA

Por três anos o Brasil não pagaria juros nem amortizações, economizando US\$ 19 bilhões ao ano, que seriam utilizados para o saneamento da economia nacional; investimentos em setores produtivos com a recuperação da indústria nacional e da agricultura e a conseqüente ampliação do mercado interno para a geração de novos empregos.

#### 2 — LUTA CONTRA A RECESSÃO

Ao contrário do que diz o Ministro Delfim Netto, precisamos dinamizar a nossa economia e crescer no mínimo quatro por cento ao ano;

#### 3 — REFORMA TRIBUTÁRIA

Tornar os impostos mais progressivos; promover uma nova distribuição da renda tributária em benefício dos Estados e municípios, que foram descapitalizados e desfigurados ao longo desses quase 20 anos.

#### 4 — DEVOLUÇÃO DA CIDADANIA AO POVO

Eleição direta do Presidente da República; revogação das leis de exceção como a Lei de Segurança Nacional, e convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte capaz de restaurar o estado de direito neste País.

Ao apresentar esta proposta de um novo pacto social, Sr. Presidente, o PMDB está sendo coerente com a sua tradição de lutas pela causa da democracia.

E mais uma vez está sendo o intérprete das aspirações do povo brasileiro e dos segmentos organizados e mais esclarecidos da sociedade que têm se manifestado através da Igreja, dos sindicatos operários, dos líderes empresariais, da Ordem dos Advogados do Brasil e da quase totalidade da classe política.

Todos protestando contra a política de fatos consumados que caracteriza os atuais mandatários e propondo soluções alternativas para a crise brasileira, que não é apenas econômica, mas é também e fundamentalmente social e institucional.

Em outras palavras, Srs. Deputados, o Brasil foi submetido a uma sucessão de crises, cada vez mais atrelados aos interesses dos banqueiros internacionais e cada vez mais divorciados do povo.

Poderíamos citar dezenas de pronunciamentos das mais expressivas lideranças políticas deste País; ou documentos emanados do próprio governo que aí está, para demonstrar que precisamos mudar de rumos e que não podemos persistir na trilha que vem sendo seguida.

Mas preferimos recorrer à Revista Econômica Americana, de circulação restrita aos homens de negócios, autoridades, economistas e jornalistas com especialização em economia dos Estados Unidos.

Faremos algumas revelações estupefacentes, com dados fornecidos por aquela influente revista norte-americana, refletindo a perplexidade e o menosprezo dos pretensos donos da economia mundial, em relação às dificuldades enfrentadas pelo Brasil e outros países do terceiro mundo, tão expoliados e sacrificados como nós, pelo grande capital financeiro internacional.

Sr. Presidente.

O Secretário de Estado George Schultz e o Secretário do Tesouro Donald Reagan disseram recentemente que:

"O FMI e os grandes banqueiros resolveram a crise mundial de um só, ao anunciar mais de US\$ 20 bilhões em pacotes de processos financeiros para a falência de nações do terceiro mundo, Brasil e México".

Em 25 de fevereiro de 1983, o Brasil anunciou um empréstimo de US\$ 9 bilhões com bancos internacionais, e três dias depois, anunciou outro empréstimo de mais US\$ 9 bilhões junto ao FMI. As autoridades norte-americanas celebraram estas operações como uma prova positiva que a crise foi superada.

Mas os fatos dizem exatamente o contrário.

Vejamos o que diz aquela revista norte-americana:

"Os termos da negociação do FMI com os brasileiros, garantem que a sua economia vai mergulhar em profunda depressão e como resultado o Brasil será incapaz de saldar os seus débitos. As condições do FMI impõem ao Brasil por exemplo, a destruição e o extermínio da força de trabalho; vinte por cento de cortes nos orçamentos das empresas estatais; um corte de US\$ 10 bilhões nos empréstimos governamentais às empresas privadas; uma desvalorização de vinte e três por cento sobre a moeda; e o leilão das companhias estatais falidas aos investidores estrangeiros".

As centenas de homens com suas caras torcidas, que se enfileiraram em Nova Iorque para assinar papéis em 25 de fevereiro, estavam muito bem vestidos. Eles representaram 135 anos, assinando contratos no Plaza Hotel, para garantir 4 bilhões e 400 milhões de dólares ao Brasil, concordando em prolongar por mais 8 anos, empréstimos de longo prazo que vencem em 1983, e que segundo o Ministro Delfim Netto representam outros 4 bilhões e 900 milhões de dólares.

Três dias depois, a cena transferiu-se para Washington, onde os diretores do FMI aprovaram um programa de estabilização de três anos para o Brasil, importando na liberação de um novo crédito, de 5 bilhões e 900 milhões de dólares.

O Secretário George Schultz aclamou a assinatura de tantos papéis como o início da recuperação mundial, pois se o Brasil afundar afastará todo sistema financeiro internacional. E o que disse então a Revista Econômica Americana?

Vejamos, Srs. Deputados:

"Mas, pelo contrário, o Brasil continua à beira da falência. Situação do fluxo de caixa é tão tensa e delicada, que o Ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, levou mais de meia hora para expor no Plaza Hotel como está o País com sua complexa e embaraçosa pilha de dívidas, empréstimos tipo "Overnight" e empréstimos bridge, dos pagamentos pingados do FMI e bancos comerciais".

A frágil pirâmide da dívida brasileira pode demorar a qualquer momento, pois está claro que o Brasil não tem capacidade para exportar US\$ 500 milhões e mais do que importa mensalmente. O que levou aquela revista a formar um juízo muito apropriado da situação em que nos encontramos.

"O Brasil ganhou muito pouco ao escolher o caminho da renegociação da sua dívida com o FMI e bancos comerciais, em vez de formar um cartel de devedores para forçar, juntos, a renegociação da dívida. Está claro que o Brasil não poderá seguir a receita do FMI, que pode ser assim sintetizada:

1 — aumentar as grandes desvalorizações da sua moeda;  
2 — reduzir as importações em dezente vírgula cinco por cento em relação a 1982 e em quarenta por cento em relação a 1980;

3 — destruir a força de trabalho brasileira através da mudança de sistema de indexação de salários;

4 — reduzir o seu crescimento populacional;  
— interromper a execução dos grandes projetos governamentais, como as usinas nucleares e a ferrovia do aço;

5 — eliminar US\$ 10 bilhões de créditos de subsídio à agricultura e à indústria;

7 — encorajar os investidores estrangeiros a adquirir o controle de empresas públicas e privadas descapitalizadas.

Diz ainda aquela revista, que atua como conselheira dos grandes banqueiros e autoridades dos Estados Unidos, que durante décadas no Brasil, planejadores civis e militares não mediram esforços para construir e proteger o tipo de indústria de base que faria o Brasil uma das nações mais prósperas e poderosas da terra, no século XXI.

Mas, Sr. Presidente, é justamente esta capacidade brasileira de se transformar em um Estados Unidos do hemisfério Sul, que as forças por trás do FMI querem eliminar, para que os nossos imensos recursos minerais continuem a ser pilhados pelo capital estrangeiro.

É por isso que estamos sendo empurrados para uma recessão deliberada. Em 1983, o produto nacional bruto deve cair três vírgula cinco por cento e muito mais a produção industrial. Em 1981, quando o PNB foi igualmente afetado, a produção industrial caiu quatorze por cento.

Enquanto não mudamos de rumos, srs. deputados, o Governo Federal tenta impor a 120 milhões de brasileiros a receita do FMI, conforme consta do memorando confidencial de 11 de fevereiro, que as nossas autoridades econômicas foram obrigadas a subscrever.

"O volume de investimento das estatais cairá em quase treze por cento este ano; os setores mais atingidos são a siderurgia, transportes, usinas hidrelétricas e energia nuclear; nenhum investimento de grande porte será iniciado em 1983, exceto partes do projeto Carajás, que é totalmente financiado do exterior".

São imposições absurdas e intoleráveis desta natureza, que explicam a maxi-desvalorização da nossa moeda, como a que foi decretada pelo Banco Central no dia 18 de fevereiro, às 18 horas de uma sexta-feira, véspera de carnaval.

Os banqueiros ficam felizes com a maxi-desvalorização de nossa moeda, que possibilita a venda de produtos nacionais como a soja e o minério de ferro, em condições mais atraentes para os compradores estrangeiros.

Além de forçar uma campanha para aumentar trinta por cento a mais em cruzeiros para pagar um dólar para a amorti-



zação da dívida externa, ao mesmo tempo que se permite aos compradores estrangeiros pagar vinte e três por cento menos em dólares, na aquisição de propriedades no Brasil.

É por isso, Sr. Presidente, que nunca desde 1964, o empresariado nacional esteve tão insatisfeito com o Governo e o Sr. José Ermírio de Moraes, do grupo Votorantim afirmou que a maxi-desvalorização foi um ato de traição do Governo à economia nacional.

Mas isso não é tudo, Srs. Deputados.

O FMI e os banqueiros internacionais reclamam que o Brasil não abriu as portas o suficiente para os compradores estrangeiros.

Voltamos à Revista Econômica Americana:

"Até agora o Brasil não permitiu ainda aos estrangeiros, possuir a maioria das suas indústrias. O país é muito nacionalista. Este é um problema político. Se eles querem crescer ao índice de oito por cento ano e não podem gerar seus fundos em casa, terão que permitir investimentos estrangeiros. Terão que decidir se querem ter donos estrangeiros. O FMI está exigindo agora o fim de todas as restrições a dividendos, pagamentos de "royalties" e remessa de lucros pelos investidores estrangeiros. Resta saber se os investidores estrangeiros têm confiança no Brasil."

Está claro, Sr. Presidente, que o FMI e os banqueiros internacionais não se importam com a inflação brasileira, ou não forçariam a desvalorização da moeda e as altas taxas de juros.

O que lhes interessa é a redução da população, através do arrocho salarial, enquanto os preços das mercadorias e bens de consumo popular disparam, sem controle algum. O que resultou na seguinte conclusão da análise feita por aquela revista norte-americana, que soa como uma advertência:

"O governo brasileiro está se tornando cada vez mais cativo dos seus credores estrangeiros e tem alienado um setor interno atrás de outro. O comércio, a mão-de-obra e outros segmentos nacionalistas estão em franca revolta. Até agora os militares têm-se mantido calados, mas alguns banqueiros têm avisado que uma reação militar tem sido o medo, perfeitamente justificável na última parte deste ano, se falhar a cooperação com o FMI. Há sinais de que os militares podem "acabar" com a dívida e a ditadura do FMI."

De nossa parte, Sr. Presidente, não acreditamos em solução de força para os problemas brasileiros. Nenhum golpe de Estado resolveu os problemas sociais e econômicos deste País. Só nos resta o caminho democrático que o PMDB vem indicando à Nação."

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Consulta à Liderança do PMDB se fará uso do horário que lhe resta.

Havendo declinado, consulto à Liderança do PDS se fará uso do horário que lhe é reservado.

Com a palavra o Sr. Deputado Ailton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Ontem foi meu nome exaustivamente mencionado, por um Parlamentar do PMDB, que certamente acordou, ontem, depois de um pronunciamento que eu fiz no dia 10 de agosto próximo passado.

Mas quero dizer a este Deputado que sequer terei a preocupação de responder aos termos do seu pronunciamento, em primeiro lugar, porque Sua Excelência deve ter acordado sobresaltado, fazendo jus, aliás, a uma fotografia recentemente publicada na primeira página do jornal "O Estado do Paraná", com um título muito sugestivo, para quem costuma dormir no exercício de sua função.

Em segundo lugar, porque enquanto este Deputado vomitava o seu despreparo, aqui neste plenário, contra este Depu-

tado, nós estávamos tratando da reabertura do Hospital Maternidade da Lapa, junto ao INAMPS, que hoje se encontra numa situação muito difícil.

Então, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, quero simplesmente registrar isso, até porque o despreparo desse Parlamentar, não merece resposta de quem, felizmente, muito já fez pela Lapa e pelo Paraná, e basta confrontar a folha de serviços, a minha, com a do obscuro Deputado que ontem falou!

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador)

O Sr. Paulo Furiatti — Concede-me um aparte, nobre Deputado Ailton Cordeiro, democrata do PDS?

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Consulto à Liderança do PDS se fará uso do horário que lhe resta. Vinte e oito minutos, Sr. Deputado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Tendo declinado, está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 57 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 23/83, de autoria do Sr. Deputado EDMAR LUIZ COSTA, que declara de utilidade pública a "Associação Beneficente e Cultural Desportiva dos Servidores Públicos do Centro Cívico - ABCD/CC, com sede e foro em Curitiba. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 29/83, de autoria do Deputado CAÍTO QUINTANA, que declara de utilidade pública a "Associação de Mães de Pranchita", com sede no município de mesmo nome e foro na Comarca de Santo Antônio do Sudoeste - PR. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 42/83, de autoria do Deputado NILSO SGUAREZI, que denomina "Vereador Pedro José da Silva", a rodovia PR-469, que liga Pato Branco-Itapejara-Verê-Dois Vizinhos. Com pareceres FAVORÁVEIS da CCJ e COPTC, por unanimidade. — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 49/83, de autoria do Deputado ROBERTO REQUIÃO, que declara de utilidade pública a "Associação dos Procuradores do Estado do Paraná - APEP", com sede e foro na cidade de Curitiba. Com Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 56/83, de autoria do Deputado GABRIEL SAMPAIO, que declara de utilidade pública a "União Beneficente Nossa Senhora da Piedade", com sede e foro em Sarandi - PR. Com parecer FAVORÁVEL e SUBSTITUTIVO GERAL da CCJ, por unanimidade. — **Aprovado.**

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 70/83, de autoria do Deputado ODENI MONGRUEL, que declara de utilidade pública a "Obra Social da Cruzada Nacional de Evangelização", com sede na cidade de Ponta Grossa. Com parecer FAVORÁVEL da CCJ, por unanimidade. — **Aprovado.**

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 15/83, (Men-

sagem n.º 21/83, ex-Proposição n.º 22/83), oriundo do parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Termos Aditivos datados de 30/12/82, aos Termos de Cooperação Técnica e Financeira, celebrados em 01/02/82, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os Municípios de Faxinal e Goioerê. Com parecer FAVORÁVEL da COPTC, por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 52/83, (Mensagem e ex-Proposição n.º 51/83), oriundo do parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os termos de Cooperação e Compromisso celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os municípios que especifica, objetivando a construção de terminais rodoviários nos referidos municípios. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 64/83, (Mensagem e ex-Proposição n.º 50/83), oriundo do parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Termo de Cooperação e Compromisso n.º 19/83, celebrado em 08/03/83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e o Município de São Pedro do Ivaí, objetivando construção do Terminal Rodoviário de Passageiros no referido município. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 65/83, (Mensagem n.º 52/83, ex-Proposição n.º 54/83), oriundo do parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados em 29/12/82, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os Municípios que especifica, objetivando a execução do PROSAFRAS, no exercício de 1982. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 74/83, de autoria do Deputado ERONDY SILVÉRIO, que declara de utilidade pública a "Associação Comunitária Bairro Jardim Gabinete, com sede e foro nesta Capital. Parecer FAVORÁVEL da CCJ, por unanimidade. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

#### PROJETO DE LEI N.º 74/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "Associação Comunitária Bairro Jardim Gabinete", com sede e foro na cidade de Curitiba.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07 de junho de 1983.

(a) ERONDY SILVÉRIO

#### JUSTIFICATIVA:

O presente plano de lei propõe que seja declarada de utilidade pública a "Associação Comunitária Bairro Jardim Gabinete", associação que congrega os moradores do Bairro do mesmo nome, com sede em Curitiba.

A referida entidade preenche todos os requisitos exigidos pela lei, ou seja:

- a) é uma sociedade civil, sem fins lucrativos;
- b) os membros de sua diretoria não percebem qualquer tipo de remuneração;
- c) está constituída há mais de ano;
- d) para consecução de seus objetivos a mencionada entidade tem por finalidade trabalhar pelo melhoramento do Bairro nos aspectos social, cultural, recreativo e esportivo;
- e) o Estatuto Social da mesma está devidamente registrada no Cartório competente.

Destarte, solicitamos dos nobres pares o necessário apoio para ulterior deliberação por parte desta Casa de Leis.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 74/83

De autoria do ilustre Deputado Erondy Silvério, o presente plano de lei que tem por finalidade declarar de utilidade pública a "Associação Comunitária Bairro Jardim Gabinete" com sede e foro nesta Capital.

A documentação anexada ao mesmo comprova a existência de todos os requisitos estabelecidos pela Lei n.º 6.994, de 12 de janeiro de 1978, que dispõe sobre a matéria.

A iniciativa encontra amparo na Constituição, é jurídica e obedece as formas legais.

Assim, nosso parecer é FAVORÁVEL.

Sala das Comissões, em 02 de agosto de 1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CESAR — Presidente  
EZEQUIAS LOSSO — Relator

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Valdir Rossini, do Município de Jardim Alegre. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Anibelli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Vitor Leal Claudino, Vereador Presidente da Câmara Municipal de Mandirituba, ocorrido no dia 20 de agosto do corrente ano. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pelo transcurso do 24.º ano de existência do LAC - Lar da Acadêmica de Curitiba, e que do mesmo se dê ciência à sua diretoria. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando voto de regozijo aos Srs. Marcos Alberton e Gerônimo Pedro dos Reis, agricultores de Ivaiporã, pelas classificações em primeiro e sétimo lugar no VI Concurso Agrocere de Produtividade de Milho. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando seja destinada a sessão ordinária do dia 06 de outubro do corrente ano, à entrega do Título de Cidadão Honorário do Estado ao Dr. Wolfram Ruhenstrothbauer. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando regime de urgência para a Mensagem Governamental n.º 74/83, que trata da autorização Governamental para ceder dois imóveis à URBS. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Trajano Bastos, constante do expediente, solicitando transcrição nos Anais da Casa, do Editorial intitulado "A Sociedade Reage", do jornal Indústria e Comércio, do dia 12 de agosto do corrente ano, bem como se dê ciência do mesmo ao diretor do matutino. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo. (A matéria achase publicada no final desta ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Donato Gulin, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Vitor Leal Claudino, Vereador Presidente da Câmara Municipal de Mandirituba. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Sabino Campos, constante do expediente, solicitando o envio de moção pela rejeição do Decreto n.º 2045, aos Srs. Presidentes da

Câmara Federal e do Senado Federal, bem como aos líderes dos Partidos Políticos. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pesutti, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Governador do Estado, Secretários do Planejamento e da Saúde, visando a inclusão no Orçamento Geral do Estado, para o ano de 1984, da Associação Hospitalar Nossa Senhora das Dores, no Município de Tijucas do Sul. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário das Finanças, viabilizando estudos para liberação de recursos destinados ao Município de Iretama. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Pereira, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos senhores Secretária da Educação e Superintendente da FUNDEPAR, visando construção de duas salas de aulas e ampliação das dependências da administração, bem como verbas para aquisição de livros para a biblioteca do Colégio Estadual "Alberto Santos Dumont", e também verbas para a manutenção da Escola CNEC Cláudio Zatta, ambos do Município de Cafelândia. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Pereira, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, visando a inclusão na programação do orçamento de 1984, o Município de Nova Aurora, para atendimento de reivindicações de Vereadores daquele município. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, visando a construção de um Posto de Saúde no Distrito de Marechal Lott, no Município de Capanema. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Banco do Brasil, visando rápida inauguração e funcionamento da agência daquele estabelecimento de crédito no Município de Rio Negro. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Anibal Khury e Antônio Anibelli, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da República, manifestando estranheza e decepção da determinação na área econômica do Governo Federal, discriminando os flagelados do Sul. — Em votação.

O SR. AIRTON CORDEIRO — (Para encaminhar) — Apenas para emprestar o nosso apoio integral ao requerimento do Deputado Anibal Khury, por entendermos que se há essa discriminação em relação ao Paraná e Santa Catarina, nós não podemos silenciar diante do que podemos considerar inclusive, uma grosseria para com o Estado do Paraná.

E manifesto ainda mais, tão logo tomei conhecimento hoje, pela imprensa, do noticiário comunicando à opinião pública acerca da providência do Deputado Anibal Khury, entramos em contato com a Superintendência Regional do Banco do Brasil aqui em Curitiba e não obtivemos nenhuma informação concreta que pudesse definir efetivamente a diferença de tratamento para o Paraná em relação a Santa Catarina.

Creio que a uniformização dessa taxa de juros é importante para que tenhamos um atendimento adequado também à população flagelada do Estado do Paraná.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Em votação.

O SR. GABRIEL MANOEL — (Para encaminhar a votação)

Senhor Presidente, nós, como o Deputado Airton Cordeiro e como paranaenses, repudiamos essa atitude e achamos que os Deputados que subscreveram este requerimento, devem ter o nosso apoio porque, nesta hora, é hora de união dos paranaenses, é hora de dizer um basta para a discriminação.

Então, haveria também de nossa Bancada, calculo eu, e creio, como é nosso pensamento, como é pensamento do Deputado Airton Cordeiro, de fazer um protesto veemente nesta hora de união, nesta hora de dor, a mesma dor de outros Estados, a mesma dor de brasileiros, é a dor dos paranaenses, sem discriminação de partido político, de cor ou de raça. Queria, neste instante, dar o meu apoio incondicional a este requerimento do Deputado Anibal Khury, e também que ficasse escrito em ata desta Assembléia, que todos os Deputados dissessem um basta à discriminação, dissessem um basta para que haja, senhor Presidente, senhores Deputados, apenas uma coisa, o Paraná e sua gente.

Meus parabéns, Deputado Airton Cordeiro, meus parabéns Deputado Anibal Khury e dentro da modéstia que é peculiar a esse deputado, queria dizer a Vossa Excelência, senhor presidente, que esta Assembléia é um poder que há de estar ao lado do Paraná e de seu povo.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) — Está em votação. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Atendendo solicitação do senhor deputado presidente da C.C.T., esta presidência solicita, em nome daquela presidência, a presença dos senhores deputados componentes, para uma reunião da C.C.J. logo após o término desta sessão plenária.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, quarta-feira, dia 24, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

3a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 15, 52, 64 e 65/83.

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 74/83.

1a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 129 e 156/82, e 71, 72, 85, 95 e 96/83. — Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA,  
FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR  
DEPUTADO TRAJANO BASTOS,  
EM SESSÃO DO DIA 23 DE AGOSTO DE 1983.  
BOM DIA

#### A SOCIEDADE REAGE

A sociedade civil não mais suporta assumir ônus que ela não delegou ao Estado. Esse sentimento é generalizado no País.

Não apenas nas várias frações da oposição político-partidária, mas na Igreja, no empresariado, nos trabalhadores, nas forças armadas, na intimidade do PDS. Há um consenso nacional, no momento em que se torna cada vez mais difícil o andamento das negociações de nossa Dívida Externa, de que se o Estado não ouvir a Nação o que for acordado não tem validade. A Nação não é um botequim que pode fechar por pressão dos credores numa vara judicial. Ela é o conjunto dos valores cívicos e morais, da tradição histórica, da perspectiva do futuro gigante que temos o direito de aspirar por nossas dimensões continentais e nossa vocação. Se o grupo de negociadores se sente na prensa dos banqueiros internacionais, a sociedade encara como seu dever o exercício de uma contra-pressão para que não se enleie nos pacotes a nossa soberania, a dignidade nacional, a expressão da comunidade livre que não aceita uma tutela humilhante e vexatória. O documento das classes empresariais ontem divulgado em todo o País ganha expressão porque configura uma convergência de todas as áreas. Pode-se discordar de processos. Há quem encare a greve dos petroleiros e dos metalúrgicos e posteriormente a parcialmente deflagrada em alguns pontos do País como medidas de forte risco por atícarem a ruptura num quadro delicado e tenso, onde não se deve confundir prudência com a covardia. Não se pode negar, porém, o

sentido de protesto de um setor que tende a sofrer mais no processo brasileiro, o trabalho que perde em relação ao capital produtivo mas muito face ao especulativo.

O New York Times, atento a todos esses detalhes, mostrou que as nações industrializadas e os credores do Brasil não poderiam encará-lo como uma Nicarágua, mas uma potência que logisticamente estabelece o equilíbrio nas emulações geopolíticas. O empresariado pede o fim do modelo e de suas tortuosas seqüelas. A sociedade aplaude.

Atos da Diretoria Geral:

**PORTARIA Nº 525/83**

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

**RESOLVE:**

mandar contar, para efeito de aposentadoria, nos termos da Lei nº 7664, de 11 de julho de 1982, regulamentada pelo Decreto nº 5434, de 16 de setembro de 1982, em favor de JOÃO CRUZ, matrícula nº 209, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de nove (09) anos, seis (06) meses e vinte e seis (26) dias, em que prestou serviços em atividade regida pela Lei nº 3807, de 26 de agosto de 1960.

(Protoc. nº 6237).

**PORTARIA Nº 526/83**

designar o funcionário AIMORÉ OD ROCHA, matrícula nº 384, ocupante do cargo de Consultor Legislativo B, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços no Gabinete da Consultoria Jurídica.

(Protoc. nº

**PORTARIA Nº 527/83**

prorrogar a competência da Comissão constituída pela Portaria nº 096/83, de 15 de março de 1983, para atuar neste procedimento.

(Protoc. nº 6983).

**PORTARIA Nº 528/83**

mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2º, da Lei nº 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de SÉRGIO ZACARIAS, matrícula nº 406, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias, referentes ao exercício de 1.981, que deixou de gozar.

(Protoc. nº 7125).

**PORTARIA Nº 529/83**

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria nº 013/83, à funcionária MARIA APARECIDA DO RÓCIO GEBRAN DO AMARAL, matrícula nº 293, ocupante do cargo de Secretário de Comissão A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. nº 6491).

**PORTARIA Nº 530/83**

conceder ao funcionário RUI FRANCISCO GABARDO, matrícula nº 605, ocupante do cargo de Oficial Legislativo B, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1983, a partir de 1º de agosto de 1983.

(Protoc. nº 7257).

**PORTARIA Nº 531/83**

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria nº 013/83, à funcionária CLÉA CARNEIRO TEIXEIRA, matrícula nº 261, ocupante do cargo de Auxiliar de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. nº 6549).

**PORTARIA Nº 532/83**

designar ADENIR NEVES ROCHA, funcionária contratada deste Poder, pela Administração, como datilógrafa, para prestar serviços no Departamento Legislativo, a partir de 03 de agosto de 1983.

(Protoc. nº 7285).

**PORTARIA Nº 533/83**

prorrogar até 31 de dezembro de 1984, a permanência neste

Poder, dos funcionários abaixo relacionados, todos do Poder Executivo, ficando os mesmos designados para prestarem serviços conforme especifica:

VILMA APARECIDA N. TONINELLO — Serviço de Cerimonial e Relações Públicas

DIVA SCARAMELLA OGIBOWSKI — Departamento Legislativo

EDILTON TREVISAN — Serviço Médico

RUBENS BREMER — Departamento Legislativo

ORLANDO FERREIRA — Serviço de Assistência Social

ANA MARIA MACEDO MANSUR — Departamento Legislativo.

ANA MARIA ROBLE — Departamento Legislativo

ANIBAL ASSUNÇÃO — Departamento Administrativo

SÉRVULO BATISTA DA CRUZ — Gabinete da Diretoria Geral

RUBERVAL FIGUEIREDO DA SILVA — Departamento Administrativo

LEONI I. FILA DO NASCIMENTO — Departamento Administrativo

LUZIA CAMARGO CRUZ — Departamento Legislativo.

MARIA ANGÉLICA MOREIRA — Departamento Administrativo.

CARMEN CILENE CASAGRANDE ROQUEJANI — Departamento Legislativo.

JULCIMARA RIBEIRO DA COSTA — Departamento Legislativo.

JULIETA SLOMSKI RAMOS — Departamento Administrativo

LAUDICÉIA RIEIRA DOS SANTOS — Serviço de Cerimonial e Relações Públicas

MARLENE CUNHA — Serviço de Biblioteca

(Protocs. nºs 7146, 7153, 7155, 7163, 7171, 7172, 7178, 7181, 7182, 7184, 7187, 7188, 7190, 7191, 7192, 7194 e 7197/83).

**PORTARIA Nº 534/83**

prorrogar a permanência neste Poder, até 31 de dezembro de 1984, dos funcionários abaixo relacionados todos do Poder Executivo, ficando os mesmos designados para prestarem serviços, conforme especifica:

JACY CORREIA FERNANDES — Gabinete da Presidência

DALVA LOURENÇO CORREA — Gabinete do Deputado

Odeni Mongruel

ELMIRA L. BAUER MONTECELLI — Gabinete do

Deputado Fuad Nacli

UBIRAJARA SÁVIO TORRES — Gabinete do Deputado

Airton Cordeiro

NORMA ANDRADE MANOEL — Gabinete do Deputado

Gabriel Manoel

TEREZINHA MALTAURO — Gabinete do Deputado

Acir Mezzadri

TEREZA LUCIANO — Gabinete do Deputado Wilson

Fortes

MARTHA CARVALHO LORENSINI — Gabinete da

Presidência.

NILDA HUMENHUK RICHTER — Gabinete do Deputado

Leônidas Chaves

NILCE ALVES POLO MILANI — Gabinete da 1a. Secretaria

ROSEMARY VIEIRA DE ALMEIDA — Gabinete do

Deputado Tadeu Lúcio Machado

MARIA CELUTA TAVARES — Gabinete da 1a. Vice-

-Presidência

ILDA CARTÁRIO RIBEIRO — Gabinete da 4a. Secretaria

HERÁCLITO MACHADO SANDANO — Gabinete do

Deputado Ferrari Júnior

SONIA MARIA T. ALBUQUERQUE — Gabinete do

Deputado Tércio Albuquerque

LILIAN CARDINAL — Gabinete do Deputado Werner Wanderer

LIZETE BITTENCOURT — Gabinete do Deputado Anibal Khury

LAIS DALL' STELLA SCHMIDT — Gabinete do Deputado Nelson Buffara

OLEGÁRIO SALDANHA DE ARAÚJO FILHO — Gabinete da 1ª Vice-Presidência  
(Protocs. nºs 7148, 7152, 7154, 7156, 7157, 7158, 7159, 7160, 7161, 7162, 7168, 7174, 7175, 7176, 7180, 7185, 7186, 7193 e 7196/83).

#### PORTARIA Nº 535/83

designar YEDA BARBOSA, funcionária do Poder Executivo, à disposição desta Casa, para prestar serviços no Departamento Administrativo, até 31 de dezembro de 1984.  
(Protoc. nº 7198).

#### PORTARIA Nº 536/83

designar IRAHI MONTAVANI GERMANOVISKI, funcionária do Poder Executivo, ora à disposição desta Casa, para prestar serviços no Gabinete da Deputada Irondi Pugliesi, até 31 de dezembro de 1984.  
(Protoc. nº 7147)

#### PORTARIA Nº 537/83

designar CLARICE BEDIN FRANÇA, funcionária do Poder Executivo, ora à disposição desta Casa, para prestar serviços no Gabinete do Deputado Tadeu França, até 31 de dezembro de 1984.  
(Protoc. nº 7195)

#### PORTARIA Nº 538/83

designar SUEZ NOGUEIRA, funcionário do Poder Executivo, ora à disposição desta Casa, para prestar serviços no Gabinete do Deputado Nilso Romeu Sguarezi, até 31 de dezembro de 1984.  
(Protoc. nº 7179)

#### PORTARIA Nº 539/83

designar ANTÔNIO SENIVAL SILVA, funcionário do Poder Executivo, ora à disposição desta Casa, para prestar serviços no Gabinete do Deputado Hermas Brandão, até 31 de dezembro de 1984.  
(Protoc. nº 7189)

#### PORTARIA Nº 540/83

designar ROBERTO NOVAES, funcionário do Poder Executivo, ora à disposição desta Casa, para prestar serviços no Gabinete do Deputado Luiz Alberto Martins de Oliveira, até 31 de dezembro de 1984.  
(Protoc. nº 7199)

#### PORTARIA Nº 541/83

designar AIMÊ TEREZA MORO BLANC, funcionário do Poder Executivo, ora à disposição desta Casa, para prestar serviços no Gabinete do Deputado Djalma de Almeida Cesar, até 31 de dezembro de 1984.  
(Protoc. nº 7169)

#### PORTARIA Nº 542/83

designar MARILENA ANIBELLI VELLOZO, funcionária do Poder Executivo, ora à disposição desta Casa, para prestar serviços no Gabinete do Deputado Antônio Martins Anibelli, até 31 de dezembro de 1984.  
(Protoc. nº 7167)

#### PORTARIA Nº 543/83

designar FRANCISCO BOTELHO NÉIA, funcionário do Poder Executivo, ora à disposição desta Casa, para prestar serviços no Gabinete do Deputado Nelson Vasconcellos, até 31 de dezembro de 1984.  
(Protoc. nº 7144)

#### PORTARIA Nº 544/83

fazer cumprir expressamente o Decreto Legislativo nº 598/77, reajustando a partir de 1º de agosto de 1983, os vencimentos das diárias para ressarcimento de despesas de viagens constantes dos anexos I e II, do mesmo Decreto, conforme tabelas abaixo:

TABELA I — Valores Cr\$ 1.00

NÍVEIS	DENTRO DO ESTADO	FORA DO EST. E FOZ DO IGUAÇU
— Motoristas de Gabinete e Assistência Social . . . . .	6.800,00	12.400,00
— Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administ. . . . .	6.800,00	12.400,00
— Grupo Ocupacional de Asses. e Ativ. Superiores	8.700,00	16.800,00

TABELA II — Valores Cr\$ 1.00

CARGOS	DENTRO DO ESTADO	FORA DO EST. E FOZ DO IGUAÇU
— Demais cargos de Provimto em Comissão e DAS-5. . . . .	8.700,00	16.800,00
— DAS-2, DAS-3 e DAS-4 . . . . .	10.600,00	20.900,00

#### PORTARIA Nº 545/83

mandar contar, para todos os efeitos de aposentadoria e disponibilidade, em favor de ISRAEL DINIZ, matrícula nº 069, ocupante do cargo de Secretário de Comissão A, do Grupo Ocupacional de Assessoramento e Atividades Superiores, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do inciso I, do artigo 130, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, o tempo de dois (02) anos, nove (09) meses e vinte (20) dias, compreendido entre 16 de janeiro de 1956 e 06 de novembro de 1958, prestado à Prefeitura Municipal de Cambará.  
(Protoc. nº 6741)

#### PORTARIA Nº 546/83

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de LUIZ FERNANDO DE OLIVEIRA, matrícula nº 398, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 248, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o quarto quinquênio, compreendido entre 20 de outubro de 1976 e 20 de julho de 1979, antecipado em razão da incorporação correspondente ao decênio anterior e férias do período, contadas em dobro.  
(Protoc. nº 5843)

Gabinete da Diretoria Geral, em 08 de agosto de 1983  
CLÓVIS STADLER DE SOUZA  
Diretor Geral

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
10ª LEGISLATURA — 1ª SESSÃO LEGISLATIVA  
ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezessete dias do mês de agosto de hum mil novecentos e oitenta e três, na Sala das Comissões, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do deputado Djalma de Almeida Cesar, mais a presença dos seguintes senhores deputados: Ivan Gubert, Gabriel Sampaio, Ezequias Losso, Amélia de Mattos Hruschka, Homero Oguido, José Antônio Fonseca, Artagão Mattos Leão, Hermas Brandão e Gilberto Carvalho. Havendo número legal, o senhor presidente declarou abertos os trabalhos da 12ª reunião ordinária, sendo aprovada a ata da reunião anterior. Nada havendo a constar da Hora do Expediente, passou-se à seguinte Ordem do Dia: 1) — PROJETO DE LEI 36/83, de autoria do deputado Rubens Bueno. Relator, deputado Caíto Quintana. — Parecer CONTRÁRIO. Aprovado. 2) — PROJETO DE LEI 110/83, de autoria do deputado Odeni Mongruel. Relator, deputado Djalma de Almeida Cesar. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 3) — PROJETO DE LEI 108/83, de autoria do deputado Roberto Requião e outros. Relator, deputado Djalma de Almeida Cesar. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 4) — PROJETO DE LEI 99/83, de autoria do deputado Gernote Kirinus. Declara de utilidade pública a "Loja Maçônica Curitiba do Grande Oriente do Paraná", com sede nesta Capital. Relator, deputado Djalma de Almeida Cesar. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 5) — PROJETO DE LEI 79/83, de autoria do deputado Odeni Mongruel. Relator, deputado Edmar Luiz Costa. Parecer CONTRÁRIO. Aprovado. 6) — PROJETO DE LEI 109/83, de autoria do deputado Erondy Silvério. Relator, deputado Ezequias Losso. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 7) — PROPOSIÇÃO 80/83, oriunda da Mensagem 85/83, do Poder Executivo. Relator, deputado Ezequias Losso. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado, com o respectivo projeto de resolução. 8) — PROJETO DE LEI 68/83, de autoria do deputado Basílio Zanusso. Relator, deputado Ezequias Losso. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 9) — PROPOSIÇÃO 89/83, do Poder Executivo - Mensagem 86/83. Relator, deputado Gilberto Carvalho. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado com o respectivo projeto de resolução. 10) — PROJETO DE LEI 103/83, do deputado Basílio Zanusso. Relator, deputado Gilberto Carvalho. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 11) — PROJETO DE LEI 88/83, do deputado Tadeu Lúcio Machado. Requerimento de vistas do deputado Ezequias Losso. Deferido. 12) — PROPOSIÇÃO 72/83, do Poder Executivo — Mensagem 71/83. Relator, deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado com o respectivo projeto de resolução. 13) — PROPOSIÇÃO 71/83, do Poder Executivo — Mensagem 68/83. Relator, deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado com o respectivo projeto de resolução. 14) — PROJETO DE LEI 87/83, do deputado Eduardo Baggio. Relator, deputado Hermas Brandão. Requerimento no sentido de ser convertido em diligência junto ao autor. DEFERIDO. 15) — PROJETO DE LEI 78/83, do Deputado Homero Oguido. Relator, deputado Hermas Brandão. Parecer no sentido de ser convertido em diligência junto ao autor. DEFERIDO. 16) — PROJETO DE LEI 104/83, de autoria do deputado Werner Wanderer. Relator, deputado Ivan Gubert. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 17) — PROPOSIÇÃO 67/83, Mensagem 63/83. Relator, deputado Ivan Gubert. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado com o respectivo projeto de resolução. 18) — PROJETO DE LEI 92/83, do deputado Roberto Requião. Relator, deputado Ivan Gubert. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 19) — PROJETO DE LEI 114/83. Relator, deputado Tadeu Lúcio Machado. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 20) — PROJETO DE LEI 99/82, do deputado João Mansur. Relator, deputado Tadeu Lúcio Machado. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado. 21) — PROJETO

DE LEI 98/83, do deputado Anibal Khury, Relator, deputado Tadeu Lúcio Machado. Parecer FAVORÁVEL. Aprovado com ressalva do deputado Ezequias Losso. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente declarou encerrada a 12ª reunião ordinária. Para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada por todos, será assinada pelo senhor presidente Djalma de Almeida Cesar, pelos senhores deputados presente e por mim, Lúcia Maria da Veiga Segall, secretária da Comissão.

DEPUTADO DJALMA DE ALMEIDA CESAR

Presidente

LÚCIA MARIA DA VEIGA SEGALL

Secretária

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA  
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no  
uso de suas atribuições,

RESOLVE:

PORTARIA Nº 547/83

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de JONAS DE SOUZA PORTO, matrícula nº 514, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 248, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o quinto quinquênio, compreendido entre 12 de novembro de 1976 e 12 de novembro de 1980, antecipado em razão da incorporação correspondente ao quarto quinquênio e das férias referentes aos anos de 1977, 1978 e 1979, contadas em dobro.

(Protoc. 5844).

PORTARIA Nº 548/83

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de VALTER ANTÔNIO MARCHIORATO, matrícula nº 366, ocupante do cargo de Assessor Administrativo A, do Grupo Ocupacional de Assessoramento e Atividades Superiores, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Arr. 248, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções, durante o quarto quinquênio, compreendido entre 28 de janeiro de 1977 e 28 de novembro de 1980, antecipado em razão da incorporação correspondente ao terceiro quinquênio e das férias referentes aos anos de 1976, 1977, 1978 e 1979, contadas em dobro.

(Protoc. 6055).

PORTARIA Nº 549/83

mandar contar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de HILTON RONALD ALICE, matrícula nº 044, ocupante do cargo de Assessor Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Assessoramento e Atividades Superiores, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 248, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quarto quinquênio, compreendido entre 30 de janeiro de 1977 e 30 de maio de 1981, antecipado em razão da incorporação correspondente ao terceiro quinquênio e das férias referentes ao ano de 1979, contadas em dobro.

(Protoc. 6816).

Gabinete da Diretoria Geral, em 08/08/83.

(a) CLÓVIS STADLER DE SOUZA

Diretor Geral



## PORTARIA N.º 550/83

conceder à funcionária LEONOR HILGERT MORAES, matrícula n.º 078, ocupante do cargo de Taquígrafo A, do Grupo Ocupacional Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, vinte (20) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 09 de junho de 1983.  
(Protoc. 7408).

## PORTARIA N.º 551/83

conceder à funcionária AGAR LEILA DE MENDONÇA GUIMARÃES, matrícula n.º 079, ocupante do cargo de Taquígrafo A, do Grupo Ocupacional Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1983, a partir de 08 de agosto de 1983.  
(Protoc. 7396)

## PORTARIA N.º 552/83

mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de LINDAMIR GONÇALVES BORGONHOVO, matrícula n.º 212, ocupante do cargo de Oficial Legislativo C, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias de 1981 e 1982, que deixou de gozar.  
(Protoc. 7375).

Gabinete da Diretoria Geral, em 09/08/83

(a) CLÓVIS STADLER DE SOUZA

Diretor Geral

## PORTARIA N.º 553/83

revogar o que consta do processo protocolado sob o n.º 3600/83, que designou para secretariar a Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, a funcionária MYRTHES MAGDA GOMES, matrícula n.º 106, ocupante do cargo de Consultor Legislativo B, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.  
(Protoc. 6511).

## PORTARIA N.º 554/83

mandar contar, em favor de HUGO MARTINS KOSOP, matrícula n.º 068, ocupante do cargo de Assessor Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Assessoramento e Atividades Superiores, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do inciso II, do Art. 130, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, para os efeitos de aposentadoria e disponibilidade, os seguintes tempos:  
a) um (01) ano e duzentos e cinquenta (250) dias, prestados no Centro de Preparação de Oficiais da Reserva - CPOR, de Curitiba - Pr.; e,  
b) três (03) meses e hum (01) dia, prestados no Sétimo Regimento de Cavalaria Mecanizada, em Sant'Ana do Livramento, Estado do Rio Grande do Sul.  
(Protoc. 6853).

## PORTARIA N.º 555/83

designar LUIZ ELISVALDO TENÓRIO, funcionário contratado deste Poder como Atendente da Administração, para prestar serviços no Departamento Administrativo, a partir de 10 de agosto de 1983.  
(Protoc. 7534).

## PORTARIA N.º 556/83

retificar nos assentamentos funcionais o nome de ERNESTINA DE MORAES SOUZA CORREIA, funcionária adida à Secretaria desta Assembléia, para ERNESTINA DE

MORAES SOUZA, nos termos dos documentos apresentados.  
(Protoc. 5964).

## PORTARIA N.º 557/83

conceder à funcionária MARIA APARECIDA DO RÓCIO GEBRAN DO AMARAL, matrícula n.º 293, ocupante do cargo de Secretário de Comissão A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, quinze (15) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 08 de agosto de 1983.  
(Protoc. 7445).

## PORTARIA N.º 558/83

conceder à funcionária ROSARIA CARDOZO LIMA DE OLIVEIRA, matrícula n.º 225, ocupante do cargo de Oficial Legislativo C, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1983, a partir de 10 de agosto de 1983.  
(Protoc. 7437).

## PORTARIA N.º 559/83

I — revogar o item III, da Portaria n.º 073/83, que designou ZENO PACIORNIK, matrícula n.º 411, ocupante do cargo de Assistente de Comissão A, para compor a Comissão de Abertura e Julgamento de Licitações — CAJL;  
II — designar SÉRGIO MANOEL POPLADE CERCA, matrícula n.º 484, ocupante do cargo de Assessor Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para compor a Comissão de Abertura e Julgamento de Licitações — CAJL.

## PORTARIA N.º 560/83

I — revogar a Portaria n.º 214/83, que designou JOAQUIM ROBERTO MUNHOZ DE MELLO, matrícula n.º 028, ocupante do cargo de Consultor Legislativo A, para prestar serviços no Gabinete do Deputado Aníbal Khury;  
II — revogar a Portaria n.º 295/83, que designou para prestar serviços no Serviço de Biblioteca, a funcionária LILIANA LACERDA, contratada deste Poder; e,  
III — designar a funcionária acima citada, para prestar serviços no Gabinete do Deputado Aníbal Khury, a partir de 1.º de agosto de 1983.  
(Protoc. 6988).

## PORTARIA N.º 561/83

conceder à funcionária DOROTI WOLKMER LINHARES, matrícula n.º 088, ocupante do cargo de Taquígrafo B, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, três (03) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 10 de agosto de 1983.  
(Protoc. 7564).

## PORTARIA N.º 562/83

conceder à funcionária MAI FAIR PERINE, matrícula n.º 187, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de licença, para acompanhar o tratamento de sua filha Tânia Bittencourt, a partir de 02 de agosto de 1983.  
(Protoc. 7563).

## PORTARIA N.º 563/83

conceder ao funcionário adido a este Poder, BENEDITO DE LIMA, oitenta e sete (87) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 05 de junho de 1983.  
(Protoc. 7512).

## PORTARIA N.º 564/83

I — mandar contar, em favor de MANRIQUE GÂNDARA FILHO, matrícula n.º 032, ocupante do cargo de Assessor

Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Assessoramento e Atividades Superiores, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do inciso I, do Art. 130, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, para os efeitos legais de aposentadoria e disponibilidade, o tempo de hum (01) ano e duzentos e cinqüenta e cinco (255) dias de serviços prestados ao Exército; e,

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao seu acervo de serviço público, nos termos do Art. 248 da citada Lei 6174, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quarto quinquênio, compreendido entre 1.º de janeiro de 1976 e 1.º de julho de 1980, antecipado em razão da incorporação referente ao terceiro quinquênio.

(Protoc. 5726).

Gabinete da Diretoria Geral, em 11/08/83

(a) CLÓVIS STADLER DE SOUZA

Diretor Geral

PORTARIA N.º 565/83

designar GUSTAVO SCHULTZ FILHO, funcionário contratado deste Poder pela Resolução n.º 71/80, como Datilógrafo, para prestar serviços no Gabinete do Deputado Hermas Brandão, a partir de 15 de agosto de 1983.

(Protoc. 6606).

PORTARIA N.º 566/83

designar HILTON RONALD ALICE, matrícula n.º 044, ocupante do cargo de Assessor Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços no Forum de Debates, sem prejuízo de suas funções.

(Protoc. 7603).

PORTARIA N.º 567/83

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria n.º 013/83, ao funcionário NELSON ANDRÉ DE ARAUJO, matrícula n.º 544, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

(Protoc. 7516).

PORTARIA N.º 568/83

mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. 2.º da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de NELSON ANDRÉ DE ARAUJO, matrícula n.º 544, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1982, que deixou de gozar.

(Protoc. 7567).

Gabinete da Diretoria Geral, em 15/08/83

(a) CLÓVIS STADLER DE SOUZA

Diretor Geral